ARCHEION ONLINE
ISSN 2318-6186

Da teoria a prática: tratamento arquivístico de fotografia[1]

Maria da Conceição Pereira Paulino
Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPB.). Graduada em História (UFPB). Bacharelanda em Arquivologia (UFPB). E-mail: cecita.jp@gmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4252787T0

Resumo

Os documentos fotográficos estão presentes na maioria dos arquivos, e conforme alertam pesquisadores, são costumeiramente tratados da mesma forma que nas bibliotecas e museus: como documentos especiais, compondo coleções que ficam à parte do acervo. Neste artigo, relato a experiência de trabalho realizado com fotografias de um arquivo especializado no qual a documentação foi produzida e arquivada por arquitetos integrantes da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Levantam-se questionamentos entre a relação Teoria e a Prática na observância dos princípios arquivísticos e as tomadas de decisão da equipe de trabalho.

Palavras-chave: Fotografia. Arquivo. Cidade de João Pessoa

1 INTRODUÇÃO

Representar o mundo por meio de imagens sempre foi uma vontade humana. Presente desde as pinturas nas cavernas, até as gravuras encontradas nos mais diversos objetos, artefatos de diversos povos, de diversas culturas, as imagens exercem encanto sejam ela uma pintura, escultura ou fotografia. Pode se considerar que esta última, em comparação com outras formas de imagens, se comunica com seu apreciador/espectador de forma bastante direta, pois sempre têm um conteúdo informacional. Conforme enfatiza Sontag (2007, p. 16),

[1] Versão atualizada e ampliada do artigo oriundo da apresentação no VIII Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), realizado em agosto de 2017 pela UEPB e UFPB.

(cc) BY-NC-ND

> Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer, mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem. Quaisquer que sejam as limitações (por amadorismo) ou as pretensões (por talento artístico) do fotografo individual, uma foto – qualquer foto – parece ter uma relação mais inocente, e, portanto, mais acurada, com a realidade visível do que outros objetos miméticos.

Usada para diversos fins, a fotografia de fato revolucionou o mundo das imagens. Instrumento de trabalho, não só de fotógrafos, ela é objeto de estudo de várias profissões e em seu percurso já lhe foram atribuídas reflexões de vários pensadores e estudiosos, que questionaram seu valor estético, artístico e histórico. A criação da fotografia é resultado de um longo processo muitos consideram que seu impulso de invenção se deu antes do século XIX, mas foi nesse período que ela se consagrou e passou a ser vista como um instrumento de registro da memória.

A fotografia se popularizou de tal forma que atualmente se fotografa de tudo e quase tudo pode ser fotografado, ao ponto que as temáticas fotográficas são imensuráveis. Dentre essas, as cidades sempre foi um tema presente até podemos dizer que foi um objeto ideal para ser fotografado, principalmente diante das técnicas iniciais que precisava de estática, bom tempo de exposição e suficiente luz. A primeira fotografia da História realizada por *Joseph Nicéphore Niépce*, mostra uma imagem urbana intitulada *"Point de vue du Gras à Saint-Loup de Varennes"* em 1927[2]. O termo usado pelo inventor à época não foi *fotografia*, mas sua essência era a mesma da definição clássica de imagem obtida a partir da luz.

A predileção da temática urbana, conforme Possamai (2008, p. 68) também pode ser entendida diante do fato da fotografia ter sido apresentada oficialmente ao mundo em 1839, mesma época do advento das metrópoles europeias, o que justifica que uma das primeiras imagens de *Daguerre* fosse o *Boulevard du temple* em Paris. Burke (2004, p. 25), cita que George Francis, numa conferência proferida em 1888, recomendou a

[2] Museu dedicado ao inventor na internet http://www.museeniepce.com/ ver também http://www.archivesniepce.com/index.php/la-premiere-photographie

(cc) BY-NC-ND

coleção sistemática de fotografias como a "melhor forma possível de retratar nossas terras, prédios e maneiras de viver", este mesmo pensador, disse ainda, que no caso de fotografias antigas de cidade, o espectador poderia sentir-se como se estivesse entrando na fotografia para experimentar a vívida sensação de "caminhar por aquelas ruas".

São várias as profissões que fazem uso da fotografia, com destaque para área de comunicação, jornalismo e publicidade, entretanto os arquitetos também fazem uso desse recurso e muitos até se especializam como fotógrafos. Assim, no exercício de seu trabalho, produzem o que denominam de *fotografia documental de arquitetura*. Com o tempo, estes profissionais passaram a ser contratados por gestores municipais e instituições públicas de diversas cidades, inclusive do Brasil, com a finalidade de realizarem estes registros.

De fato, as imagens das paisagens urbanas e monumentos de diversas cidades do mundo (Rio de Janeiro, Lisboa, Paris, Londres entre outras) que conhecemos hoje, se converteram num legado cultural de valor quase incontestável. Isso só foi possível graças aos inventores dessa técnica, que pesquisaram e se aprimoraram ao longo dos anos, até se consagrarem como profissionais da área (SEGALA, 2005). De acordo com Kossoy (1985, p. 36) as imagens são importantes para arquitetura por conterem "reconhecido valor documentário, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de recuperação da informação", tal questão também é levantada por Peter Burke, que nos diz que

> Historiadores da arquitetura fazem uso regular de imagens a fim de reconstruir a aparência de prédios antes da sua demolição, ampliação, restauração [...]. Por sua vez historiadores urbanos frequentemente utilizam pinturas, impressos e fotografias para imaginar e possibilitar que seus leitores imaginem a antiga aparência das cidades – não apenas os prédios, mas também os porcos, cães e cavalos que vagueavam pelas ruas ou as árvores [...]. (BURKE, 2004, p. 104)

No Brasil, fotógrafos arquitetos realizaram trabalhos para Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que instituiu uma "política de documentação

(cc) BY-NC-ND

fotográfica". No arquivo dessa instituição, conforme destacou Segala (2005, p. 78), há cartas do seu presidente fundador Rodrigo Mello Franco de Andrade, encaminhadas à Mário de Andrade, recomendando a importância da fotografia como

> documentação comprovante nos processos de inventário e nas recomendações de tombamento e restauração das "obras de arte patrimonial". Indica a necessidade de a instituição contar com um "serviço intensivo de fotografação", um trabalho profissional bem instruído que precisasse informações para estudos comparativos "na reconstituição de monumentos da nação". Insiste na idéia de um acervo cumulativo – "um arquivo central único de negativos" – que objetivasse, por operações seletivas e de transcrição, o repertório valorado de bens culturais do país. (SEGALA, 2005, p. 78).

Assim, os arquitetos consideram que as fotografias são um instrumento imprescindível para o seu trabalho; dentre estes a realização de inventários de bens móveis e imóveis, ação desenvolvida para documentar e registrar informações, anteriores a qualquer intervenção arquitetônica e restauradora nas edificações de valor histórico[3]. Para compreendermos um pouco do universo da produção fotográfica desses profissionais, neste artigo, que foi apresentado no VIII Seminário de Saberes Arquivísticos[4], relato experiência realizada com documentação fotográfica de arquivo especializado em arquitetura e patrimônio histórico.

2 O VALOR INFORMATIVFO E A FOTOGRAFIA NOS ARQUIVOS

Os historiadores, já fazem uso de exploram toda a carga informacional que existem nas imagens. Burke (2004), ao analisar esse uso como evidência histórica,

[3] Percebemos assim que estes profissionais, além de produzirem documentos no exercício de suas atividades, fazem uso desta mesma documentação como fonte de informação para outras atividades que também realizam, como elaboração dos projetos arquitetônicos. Além da fotografia convencional, os arquitetos e urbanistas, usam também as fotogrametrias terrestres, que possibilitam um levantamento geométrico importante para os projetos arquitetônicos e urbanísticos. Uma das técnicas utilizadas pelos arquitetos é macrofotografia, que aumentam os detalhes, possibilitando a visualização de "trincas, texturas, marcas de construção, sinais de degradação dos materiais, insetos xilófagos, pequenos objetos de interesse cultural" (OLIVEIRA, 2008. p. 71).

[4] Realizado na Universidade Federal da Paraíba no período de 16 a 18 de agosto de 2017.

(cc) BY-NC-ND

indica que é preciso que se faça uma análise profunda, para além do conteúdo da mensagem que a fotografia quer passar. Espera-se que os historiadores saibam identificar o não dito, pois, para poder usar a fotografia como prova de suas afirmações históricas, há que apresentar o contexto de criação da fotografia, e mostrar, como e para que a fotografia foi criada. De acordo com Kossoy (1985, p.35. Grifo do autor)

> Toda fotografia que estudamos foi produzida em determinada época com uma certa finalidade, com um certo propósito. Se um fotógrafo foi incumbido de retratar determinada personagem, ou documentar o andamento de obras de implantação de uma estrada de ferro ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou, enfim, qualquer um dos inúmeros assuntos que por razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros (que foram produzidos com uma finalidade documental), representam, tanto hoje, quanto no futuro, um meio de informação, um meio de conhecimento e conterão sempre seu valor documental. Isso não implica, entretanto que algumas destas imagens não foram harmoniosamente compostas pelos seus autores e não contenham valores estéticos. O que prevalece nessas imagens é, contudo, a importância do **testemunho fotográfico**.

As considerações desse autor, que é arquiteto e se dedica ao estudo da fotografia, nos revela que as fotografias produzidas por estes profissionais já nascem com a função de ser um meio de recuperar a informação. Nesse sentido alerta também Joan M. Schwartz (*apud* LACERDA, 2012 p. 296)

> o valor informacional de uma fotografia está fixado pelo seu conteúdo, já o seu valor de prova não é nem absoluto, nem estático, ao contrário, varia segundas circunstâncias diferenciadas de criação do documento.

As fotografias são documentos do gênero iconográfico presente nas unidades de informação, e foram caracterizados por Paes (2004) por Arquivos Especiais, sendo essa uma herança bibliotecária. É fato que as fotografias têm características físicas peculiares, são mais sensíveis a luz e necessitam de formas específicas de acondicionamento, por isso são quase sempre arquivadas a parte dos documentos textuais aos quais pertence.

Conforme afirmam Silva e Duarte (2016, p. 156) na biblioteca a fotografia também é considerada como especial e fica desvinculada do acervo bibliográfico, é tratada individualmente. As autoras seguem a análise comparativa e aponta o Museu, lembrando que essa unidade de informação tem a mesma característica da biblioteca, a de colecionar, mas os documentos fotográficos ficam dispostos em exposição e guardados para pesquisa. Por fim, no arquivo, diz que é tratada conforme conjunto a que pertence

> Nos arquivos, a documentação fotográfica é considerada comprobatória, e desse modo, documentação permanente em conjuntos documentais, devendo ser organizada com base nos princípios arquivísticos, a serem iniciados pela análise documentária, descrição e arranjo, do mesmo modo em que são organizadas as demais séries documentais do arquivo. (SILVA; DUARTE. 2016, p. 156).

Tal afirmação não é simples de se aplicar, quando há a existência de documentos arquivados sobre a definição de "miscelânea", situação que nos deixa entre a teoria e a prática, tal como ocorreu com esta experiência que relato realizado com fotografias de um arquivo especializado em arquitetura e patrimônio.

3 A COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO, SEUS DOCUMENTOS E O FAZER ARQUIVÍSTICO

A Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa foi uma entidade criada pelo Governo da Paraíba em 1987 e que tinha por missão implantar e gerenciar as obras de restauração dos prédios históricos tombados da cidade de João Pessoa. Composta basicamente por arquitetos, que produziram em seus 18 anos de atuação vasto acervo documental, formado por documentos textuais e iconográficos (cartográficos e fotográficos).

Esta ação foi resultado do Convênio Brasil-Espanha, acordo de cooperação firmado entre os governos desses países, para a execução do projeto que ficou

(cc) BY-NC-ND

popularmente conhecido como "A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa", no qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, teve o papel principal como integrante dessa Comissão[5].

As fotografias produzidas por essa Comissão, foram feitas com esse olhar documentário, visado pelos seus fundadores Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade e tinham o objetivo de registrar, de historiar todo trabalho realizado, as reuniões da equipe, as visitas técnicas, as obras, as inaugurações e as exposições que realizavam. O acervo fotográfico é composto por aproximadamente 6.000 peças documentais. O objetivo dos registros foram identificar os problemas de estrutura física, bem como mostrar o antes e o depois das intervenções realizadas nas edificações, das obras e ações de restauração. Assim, as fotografias foram realizadas nos inventários desses bens, ou seja, no levantamento de campo, abaixo segue uma amostra dessa documentação fotográfica.

[5] Cabe registrar que o sucesso obtido com a execução dessas restaurações contribuiu para o processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa por esse órgão em 2009.

Figura 1: Fachada principal. Fotografia P&B 12x9 cm. Identificação. Período déc.1970.

Figura 2: Primeiro pavimento. Fotografia COR 15x10 cm. Identificação. Período: 1988.

Figura 3: Vista interna do primeiro pavimento. Fotografia COR; 15x10 cm. Obras.

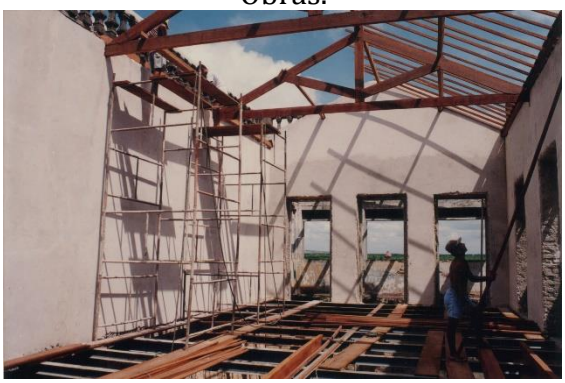

Figura 4: Vista interna do primeiro pavimento. Fotografia COR; 15x10 cm. Obras.

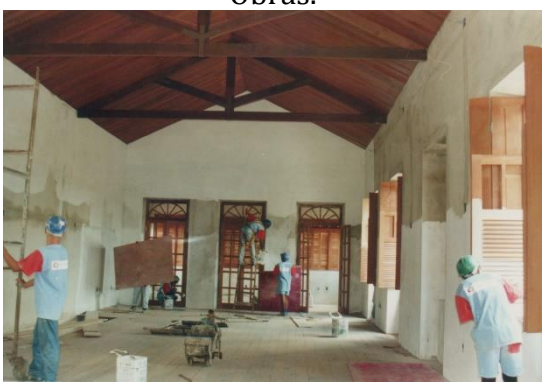

Figura 5: Fachada. Fotografia COR; 10x15 cm. Obras.

Figura 6: Fachada. Fotografia COR; 10x15 cm. Obras

Fonte: Fundo Documental Convênio Brasil Espanha. IPHAN-PB

(cc) BY-NC-ND

Estas fotografias referem-se ao bem tombado individualmente pelo IPHAN denominado "Imóvel à Praça São Frei Pedro Gonçalves, nº 02", situado no Bairro do Varadouro, em João Pessoa/PB. A primeira imagem é da década de 1970 não foi possível precisar a data exata das demais fotografias, bem como seus autores, contudo, de acordo com a documentação textual, estes registros foram realizados no período de 1997, quando se iniciaram as obras, sendo concluídas em 2002.

A análise do conjunto documental revelou que estas fotografias foram usadas principalmente para ilustrar documentos textuais, compostos basicamente de relatórios, com diversas finalidades, e para ilustrar os diários de obra. Os relatórios elaborados, foram produzidos em várias vias, pois que cada uma das instituições membros do Convênio (órgãos e secretarias do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal, do Governo Federal e para Agência Espanhola de Cooperação Internacional), recebiam um exemplar.

Devido a isso, foram reveladas diversas cópias de um mesmo original, para que fossem coladas no corpo do texto dos relatórios, sendo esta a função que assumiam estas fotografias. Contudo, depois de usadas para ilustrar os documentos textuais, as que "sobravam" poderiam ter formado um acervo, fazendo com que estas fotografias assumissem novos usos e função. Nesse sentido, foram criados álbuns que estavam identificados por bem, criando uma unidade temática, ou seja, cada imóvel, deveria ter um álbum específico, com fotos somente deles. Contudo parte dessas fotografias foram acondicionadas em álbuns denominados Miscelânea. Nestes, muitas fotografias foram encontradas afixadas (coladas) em papel rascunho, inseridos dentro de envelopes plásticos que formavam brochuras aleatórias, ou seja, vários bens no mesmo álbum, conforme podemos visualizar nas figuras abaixo.

(cc) BY-NC-ND

Figura 7: Foto do Álbum Miscelânea.
Visualiza-se as fotografias do Imóvel ao Pátio de São Frei Pedro Gonçalves, nº 02.

Figura 8: Álbum Miscelânea.
Nesta imagem visualiza-se fotografias coladas em papel rascunho.

Figura 9 e 10: A mesma fotografia, colada em papel rascunho e acondicionada no Álbum Miscelânea

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

(cc) BY-NC-ND

Essa situação gerou um impasse na equipe de trabalho, quando alguns membros passaram a defender a ideia manter apenas álbuns com unidade temática e para tal seria preciso descolar, ou recortar as fotografias dos papéis rascunho, e integrá-las aos álbuns existentes. A equipe da área da restauração discordou dessa ação e alegou que algumas fotografias seriam danificadas no descolamento, bem como não se poderia recortá-las, pois que poderia ter um sentido de assim ter ficado. Tal pensamento foi respeitado, contudo de posse do conhecimento de que essas fotografias já haviam perdido a organicidade original e considerando o contexto de criação das fotografias (no sentido de já terem cumprido sua função de criação) a tomada de decisão de incorporá-las nos álbuns temáticos estaria correta?

As ponderações de Lacerda (2012) são perfeitas para este caso. Ao pensar a respeito da identificação da função dos documentos dentro dos diferentes contextos de criação de fotografias, diz essa autora, que quando o documento fotográfico se apresenta num

> relatório anual, jornal institucional, relatório de trabalho [...] ela não pode ser pensada de forma isolada. Mas é parte do documento maior no qual foi inserida e do qual virou peça integrante e indissociável [...] outra situação diz respeito aos inúmeros documentos fotográficos avulsos que se apresentam nos arquivos [...]. Nesse caso há que se considerar as referências que o documento possa trazer em sua materialidade e buscar origens de sua produção a partir do entendimento do contexto funcional no qual surgiu, [...]. Fotografias arquivadas, separadas de sua utilização original, precisam ser recontextualizadas. (LACERDA, 2012. p 292).

A situação ilustrada por esta autora se aplica, de forma integral, a essa documentação fotográfica, pois que existe os dois casos nesse arquivo. Nesse sentido, o contexto de criação dessa documentação poderia ter sido considerado na tomada de decisão. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o Princípio da Pertinência, também denominado de Princípio Temático, afirma que os documentos "deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original". Da mesma forma, o Princípio da Reversibilidade diz que "todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se

necessário". Dessa forma, sendo encontrada uma forma de resguardar a integridade física da fotografia, a decisão de incorporá-las nos álbuns com unidade temática não estaria completamente errada.

A descrição destas fotografias foi outro aspecto interessante nessa experiência. Conforme aponta Barradas (2015, p. 26) "a descrição tem como objetivo sistematizar a informação mais pertinente relativa a cada imagem, e juntamente com a indexação facilitar a pesquisa por parte dos utilizadores". De acordo com Kossoy, os elementos essenciais da fotografia são o **Assunto**, que é o tema/fragmento da realidade registrado, o **Fotógrafo**, que é o autor do registro, a **Tecnologia**, que são as técnicas e processos empregados na produção da fotografia. Estes elementos estão atrelados ao **Espaço** e ao **Tempo**, ou seja, ao local e a época em que foram feitos os registros. A fotografia é assim o produto final, é o objeto/imagem. (KOSSOY, 1985. P. 34). Contudo, esse mesmo autor alerta que

> Os elementos constitutivos de uma fotografia deixam de ser puramente descritivos no momento em que se conhece detalhes de sua história particular. A crítica histórica às fontes fotográficas pode então ser desenvolvida na medida em que se tenha uma somatória ampla de informações a respeito desses elementos, já pesquisada e catalogada. (KOSSOY, 1985. p. 42).

Os termos descritores das fotografias foram pensados a partir das referências de busca dadas pelos usuários internos e externos, que era o nome da edificação e o assunto da fotografia (exemplo: fotografias da restauração do teto da Igreja do Carmo), bem como de logradouros da cidade e de alguns imóveis específicos situados nessa rua. Assim os termos descritores baseavam-se nas informações de localidade, e por elementos arquitetônicos (azulejaria, fachadas, janelas, portas, grades, etc).

Aliado a estes descritores, existia também o ordenamento por assunto temático da fotografia, estes foram definidos de acordo com as atividades da Comissão, sendo Identificação, Obra e Fiscalização, o maior número delas. Essa parte do trabalho, exigiu da equipe uma análise cuidadosa da documentação textual, pois a determinação dos Assuntos nas fotografias que estavam dispersadas da documentação textual, tornava

(cc) BY-NC-ND

alguns casos de difícil verificação. Exemplificando: Uma fotografia que mostrava uma Imagem Sacra quebrada, seria um registro de um acidente, ou seja, a uma ação de fiscalização, ou uma identificação? Como definir que uma fotografia da fachada de um imóvel, ou de um mobiliário interno, seria apenas o resultado de uma ação de identificação para um inventário de bens?

Muitas dessas dúvidas só puderam ser sanadas, com o conhecimento do conteúdo dos documentos textuais. Apenas as fotografias relativas ao assunto *Obras*, eram facilmente identificadas, pois quase sempre mostravam restauradores e artífices (pedreiros) em atividade, outras fotografias tinham o foco numa peça onde claramente se visualizava uma ação intervenção.

O que se verificou com esta experiência é que as fotografias estavam dispersas, sendo comum encontrar a mesma fotografia em diferentes relatórios e álbuns, ou seja, essas fotografias, haviam, com alguma medida, perdido a relação orgânica com o restante da documentação. Cabe lembrar também como alerta Gaspar, que

> O trabalho num arquivo de fotografia é orgânico e existem sempre várias tarefas a realizar sobretudo de manutenção contínua: seja nos depósitos, materiais ou procedimentos de conservação; no entanto hoje em dia são muitos os arquivos que se deparam com dificuldades na concretização dos seus objetivos. (GASPAR, 2015. p 29).

Essa dispersão é totalmente prejudicial para a recuperação da informação, e exige que a organização estruture de fato um Arquivo, tomando decisões para favorecer o trabalho do usuário interno e a consulta do usuário externo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura referenciada neste artigo mostra que são muitos os aspectos que precisam ser observados ao se trabalhar com documentação desse tipo. Todos os autores afirmam que para trabalhar com essa documentação, é preciso ter o conhecimento do seu contexto de criação. Para o caso exposto, o conhecimento das

atividades da Comissão que as criou, da história desse Convênio e da sistemática de trabalho dos profissionais arquitetos, foi importante nessa experiência. Esse conhecimento foi possível a partir da leitura da documentação textual, o que mostra que isso deve ser uma atitude de todo arquivista.

Contudo, foi decisivo também para este trabalho, o conhecimento histórico da cidade, de suas ruas, de seus lugares, de sua história urbana, pois que muitas fotografias estavam sem nenhuma informação que pudesse identificar o bem registrado. Apenas com o conhecimento da Centro Histórico, foi possível realizar essa descrição. Vale ressaltar que as fotografias requerem do profissional arquivista habilidades e conhecimentos específicos, seja por se tratar de documentos que podem ter diferentes suportes, de material sensível e com características, elementos constitutivos e formatos variados.

Com esse relato, espera-se ter contribuído para o debate que articula a relação teoria e prática, já que essa é uma questão existente em quase todas as áreas profissionais e sempre muito discutida nas salas de aula. Os casos aqui apresentados servem para demostrar as possibilidades de ações que podem ser executadas e contribuir na análise de vários fatores que devem ser observadas pelos arquivistas no exercício da sua profissão.

From theory to practice: archival photography treatment

Abstract

Photographic documents are present in most archives, and as researchers warned, are usually treated in the same way as in the libraries and museums: as special documents, which compose collections that are part of the collection. In this article, I report one working experience with photographs of a specialized archive in which documentation was produced and filed by architects who are members of the Permanent Development Committee of the Historical Center of João Pessoa. Questions arise in the relationship between theory and practice in observance of the archival principles and the decision-making procedures of the work team.

Keywords: *Photography. Achives. City of João Pessoa.*

REFERÊNCIAS

BARRADAS, Graça. O fundo fotográfico Teófilo Rego. Da Preservação ao acesso on-line. *In* BARRADAS, Graça AZEVEDO, Inês. MATEUS, Joana. **Fotografia e Arquivo**. Porto/Portugal: CESP/ESAP. 2017.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e Imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru/SP. Edusc, 2004.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

GASPAR, Cláudia. A conservação de fotografia. Perspectiva de uma fotógrafa no arquivo. *In* BARRADAS, Graça. AZEVEDO, Inês. MATEUS, Joana. **Fotografia e Arquivo**. Porto/Portugal: CESP/ESAP. 2017.

KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica**: Introdução à pesquisa das imagens do passado. Recife/PE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1985.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: Produção de Sentido de Documentos Visuais. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos/RJ.V. 19, n. 1, jan-mar2012. P. 283-302.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de**. A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília/DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. (Cadernos Técnicos; 7).

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e Cidade. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67-68 77, jan.-jun. 2008

SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo/SP v. 13, n. 2, p. 73-134, Dez. 2005.

SONTAG, Susan; Figueiredo, Rubens. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.